

Demonstrações Financeiras

Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - FUNDAÇÃO FIAT SAÚDE E BEM ESTAR

Atividades sociais e o modelo de excelência em APS

A **Fundação Fiat Saúde e Bem-estar (nome fantasia: Stellantis Saúde MG)** consolidou-se como uma instituição sem fins lucrativos de referência nacional na assistência suplementar à saúde. Operando como autogestão registrada na **Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)**, nosso propósito vai além da operação de planos: somos promotores de saúde e bem-estar.

Nosso diferencial é a adoção do modelo de **Atenção Primária à Saúde (APS)**, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde como a base mais efetiva para sistemas de saúde resolutivos e sustentáveis. Estruturamos nossa assistência com **foco na prevenção, cuidado personalizado, acompanhamento contínuo e na coordenação do cuidado**, em conformidade com as **diretrizes da ANS** e as melhores práticas em saúde. Esse modelo orienta nossas ações de Promoção da Saúde e tratamentos, garantindo maior resolutividade e cuidado integral para nossos **42.176 beneficiários e beneficiárias (base 31/12/2025)**.

Nossa atuação abrange as cidades de **Belo Horizonte, Contagem, Betim, Nova Lima e Sete Lagoas**.

O jeito Stellantis Saúde de cuidar

Nossa abordagem **humaniza o conceito de assistência**, transformando a consulta eventual em um **vínculo de confiança**. Diferente do modelo tradicional focado apenas na queixa imediata, priorizamos o conhecimento profundo do **histórico de cada vida**, garantindo que o cuidado seja sempre assertivo e próximo.

- **Médico de Referência:** um médico de confiança que conhece a história dos nossos beneficiários e suas necessidades, guiando toda a sua jornada de cuidado.
- **Equipe de Referência:** um time multidisciplinar dedicado que atua em conjunto para garantir que nenhuma etapa seja esquecida.
- **Foco na família:** entendemos o contexto familiar para oferecer um cuidado muito mais próximo e eficaz, prevenindo problemas antes mesmo que surjam.
- **Resolutividade:** este modelo ágil e seguro resolve a grande maioria das demandas de saúde de forma resolutiva, direto no atendimento inicial.

Infraestrutura de ponta e cuidado integrado

A entrega de valor é sustentada por uma infraestrutura robusta e estratégica:

- Contamos com quatro Núcleos de Saúde modernos, com infraestrutura de ponta e serviços integrados. Nossas unidades oferecem atendimento em **Médico de Referência (Médico de Família e Comunidade), Pediatria, Ginecologia, Cirurgia Geral, Fisioterapia, Psicologia**, entre outros.
- **Demanda Espontânea:** atendimento sem agendamento prévio, realizado no próprio Núcleo de Saúde para situações de mal-estar, febre, dores ou outros sintomas leves, com avaliação no mesmo dia e acompanhamento pela equipe que conhece o histórico de saúde. Garantindo a cobertura completa no cuidado.

- Também disponibilizamos atendimento nas fábricas/unidades produtivas de **Betim** e da **MOPAR**, com profissionais nos locais.
- **Rede Credenciada de Referência:** uma seleção criteriosa de hospitais, clínicas, consultórios e laboratórios, garantindo cobertura total e de qualidade ao **Rol de Procedimentos da ANS**.
- **Programas de Promoção da Saúde:** bem-estar físico, mental e social, com foco na prevenção de doenças.
 - **Bate Coração:** cuidado e acompanhamento de doenças crônicas.
 - **Leve Mente:** apoio contínuo à saúde mental.
 - **Nutrição e Saúde:** acompanhamento nutricional para pessoas a partir de 19 anos, com indicação clínica para obesidade.
 - **Vida Nova:** acompanhamento de gestantes, puérperas e crianças de até 5 anos, com atendimento ginecológico e pediátrico.
- **Benefícios além da saúde:** gestão completa de auxílios vitais como o **Auxílio Lactente, Benefício Odontológico e Benefício Farmácia**, reafirmando nosso compromisso com a qualidade de vida integral.

Gestão ética e sustentabilidade financeira

A **Stellantis Saúde MG** preza pela eficiência máxima na gestão de custos e na qualidade dos serviços prestados por meio de seus contratos e convênios. Sendo uma instituição viabilizada pelas empresas do **Grupo Stellantis no Brasil**, operamos com transparência total: todo superávit contábil apurado é integralmente transferido para o patrimônio da Fundação, visando o fortalecimento do cuidado, após a devida aprovação do Conselho Curador e em conformidade com o nosso Estatuto Social.

Perspectivas e investimentos

Stellantis Saúde MG está no 2º lugar entre as melhores autogestões do Brasil pelo segundo ano consecutivo

Os resultados do **Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)** de 2025 (ano-base 2024), importante indicador da ANS, confirmam a consistência da Stellantis Saúde e a qualidade do cuidado oferecido. Numa escala de 0 a 1, a **Stellantis Saúde em Minas Gerais alcançou 0,9358**, nota bem acima da média do setor (0,7930). Esse resultado nos coloca novamente na **zona de excelência** e no **segundo lugar no ranking geral de operadoras de autogestão do Brasil**, reforçando nosso desempenho de destaque em nível nacional.

Pesquisa de Satisfação 2025 (ano-base 2024): compromisso com a qualidade em cada cuidado!

As notas confirmam: a nossa qualidade faz a diferença! Com **93% de satisfação na avaliação geral do plano em Minas Gerais**, reforçamos nosso posicionamento como referência. Esse resultado nos coloca no **top 5 das operadoras mais recomendadas pelos beneficiários no estado**, em uma comparação direta com os maiores nomes do mercado de saúde. Quem usa, aprova! Um dos destaques foi a atenção em saúde, especialmente no acolhimento, na escuta qualificada e na capacidade de resolver as demandas com eficiência.

Mais acesso, mais resolutividade no cuidado

Além disso, a Stellantis Saúde MG, avançou na ampliação do acesso e na resposta ágil a períodos de maior incidência de doenças, especialmente respiratórias e por arboviroses (dengue, Zika e Chikungunya), em que houve ampliação do acesso pelas Equipes de Referência e médicos de apoio clínico, garantindo maior resolutividade e redução do tempo de espera em momentos críticos, com desfecho assistencial acima da média em relação ao mercado.

A carteira de beneficiários e beneficiárias em **Betim e Contagem apresentou crescimento de 8,68% em comparação ao ano anterior**, refletindo o dinamismo das operações e novas admissões em 2025. Esse movimento reforçou a necessidade de ajustes e expansão da capacidade assistencial para manter o padrão de qualidade e proximidade no cuidado, além de melhorias significativas na infraestrutura dos núcleos para receberem as novas vidas.

Como parte dessa estratégia, foi implementado o **atendimento de Ginecologia na Planta de Betim**, com foco especial no acompanhamento de gestantes e na realização de exames de rotina e a cobertura assistencial pelas equipes de referência, no intuito de ampliarmos o acesso dos trabalhadores ao cuidado. A iniciativa fortalece o cuidado preventivo e promove maior comodidade às empregadas, com **monitoramento sistemático das agendas**, permitindo avaliar continuamente a necessidade de ampliação da oferta dentro da planta.

Adicionalmente, foi realizada a **ampliação de uma equipe de Referência no Núcleo de Betim**, promovendo melhor distribuição da carteira, maior equilíbrio na carga assistencial e fortalecimento da coordenação do cuidado. Essa medida assegura sustentabilidade ao crescimento da base de beneficiários e preserva a qualidade do atendimento prestado.

No campo da **inovação, segurança e experiência digital**, foram realizadas importantes melhorias, como a **atualização do aplicativo da Stellantis Saúde**, a **implantação do token para maior segurança nos atendimentos de terapias** e a disponibilização, no site da Stellantis Saúde, da funcionalidade para **acompanhamento do status de solicitações**, incluindo Reclamações, Ouvidoria e Reanálises, promovendo mais transparência e autonomia ao beneficiário.

Essas ações consolidam a Stellantis Saúde como uma operadora comprometida com a evolução contínua, a excelência assistencial e a entrega de valor aos seus beneficiários e beneficiárias, alinhando cuidado, tecnologia, eficiência de processos e foco genuíno na experiência do cliente.

Nossa força de trabalho (Recursos Humanos)

Contamos com o talento de **186 empregados diretos** (base 31/12/2025), sendo que a maioria (**117 profissionais**) atua diretamente na ponta assistencial em nossos Núcleos de Saúde. São especialistas dedicados ao regime ambulatorial sob o modelo de **Atenção Primária à Saúde**, o coração da nossa estratégia de cuidado.

Agradecimentos e visão de futuro

A **Stellantis Saúde MG** expressa sua profunda gratidão aos parceiros do Grupo Stellantis, fornecedores, rede credenciada, empregados, empregadas, estagiários e estagiárias pelo profissionalismo demonstrado em 2025.

Registramos nosso especial agradecimento às empresas mantenedoras e patrocinadoras e, principalmente, aos nossos beneficiários e beneficiárias. A confiança de vocês valida nosso modelo de cuidado. Reafirmamos nosso compromisso de **evoluir sempre, investindo em inovação e qualidade para garantir a melhor experiência** em saúde e bem-estar para nossas pessoas.

Betim, 27 de fevereiro de 2026

Diretoria

Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 4-5

Demonstração do resultado 6

Demonstração do resultado abrangente 7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto e indireto 9-10

Notas explicativas às demonstrações financeiras 11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e com a interpretação técnica para entidades sem fins de lucros (ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e com a interpretação técnica para entidades sem fins de lucros (ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

Carlos Jefferson Z. Kusma
Carlos Jefferson Z. Kusma
Contador
CRC nº 1 PR 060104/O-2

Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante		72.853	64.856
Disponível	4	50.357	45.619
Realizável		22.496	19.237
<i>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</i>	5	15.553	12.278
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber		15.553	12.278
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da operadora		224	180
Créditos tributários e previdenciários		225	187
Bens e títulos a receber	6	6.251	6.137
Despesas antecipadas		243	455
Não circulante		9.665	23.529
Realizável a longo prazo		4.124	17.246
Depósitos judiciais	7	4.124	17.246
Imobilizado		5.506	6.233
Imóveis de uso próprio	8	1.735	1.896
Imóveis - não hospitalares / odontológicos		1.735	1.896
Imobilizado de uso próprio	8	1.190	1.158
Imobilizado - não hospitalares / odontológicos		1.048	842
Outras imobilizações		142	316
Ativo de direito de uso	21	2.581	3.179
Intangível		35	50
Total do ativo		82.518	88.385

Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante		38.911	39.156
<i>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</i>	9	20.937	19.736
Provisão de eventos a liquidar para SUS		104	108
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		20.833	19.628
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora		149	137
Tributos e encargos sociais a recolher	10	1.323	1.156
<i>Débitos diversos</i>		16.502	18.127
Outros débitos a pagar	11	15.465	15.903
Passivo de arrendamento	21	1.037	2.224
Não circulante		12.004	25.012
<i>Provisões</i>	12	9.472	22.876
Provisões para ações judiciais		9.472	22.876
<i>Débitos diversos longo prazo</i>		2.532	2.136
Passivo de arredamento	21	2.532	2.136
Patrimônio líquido		31.603	24.217
Patrimônio social	13	24.217	20.622
Superávits acumulados		7.386	3.595
Total do passivo e patrimônio líquido		82.518	88.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	15	5.580	6.983
Receitas com operações de assistência à saúde		5.580	6.983
Contraprestações líquidas		5.580	6.983
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(1)	-
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(1)	-
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		5.579	6.983
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	16	32.288	29.186
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		12.568	11.404
Receitas com operações de assistência odontológica		2.292	2.099
Outras receitas operacionais		17.428	15.683
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	18	(74)	(76)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(74)	(76)
Outras despesas operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	17/18	(14.951)	(13.571)
Resultado bruto		22.842	22.522
Despesas administrativas	18	(21.517)	(22.862)
Resultado financeiro líquido	19	5.784	3.472
Receitas financeiras		6.382	4.199
Despesas financeiras		(598)	(727)
Resultado patrimonial		277	463
Receitas patrimoniais		277	476
Despesas patrimoniais		-	(13)
Resultado antes dos impostos e participações superávits do exercício		7.386	3.595
Superávits do exercício		7.386	3.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Superávits do exercício	7.386	3.595
Resultado abrangente do exercício	7.386	3.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar

Demonstração das mutações do
patrimônio líquido Exercícios findos
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18.699	1.923	20.622
Superávit do exercício	-	3.595	3.595
Absorção do superavit	1.923	(1.923)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.622	3.595	24.217
Superávit do exercício	-	7.386	7.386
Absorção do superavit	3.595	(3.595)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	24.217	7.386	31.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos de saúde	217.663	205.236
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	5.322	3.266
(+) Outros recebimentos operacionais	278	458
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(184.923)	(183.607)
(-) Pagamento de pessoal	(16.683)	(17.912)
(-) Pagamento de tributos	(12.270)	(9.300)
(-) Pagamento de tarifas bancárias	(18)	(13)
(-) Pagamento de aluguel	(2.242)	(2.210)
(-) Outros pagamentos operacionais	(60)	(49)
Caixa líquido das atividades operacionais	7.067	(4.131)
Atividades de financiamentos		
(-) Pagamento principal de arrendamentos	(1.874)	(1.621)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(1.874)	(1.621)
Atividades de investimentos		
(+) Recebimentos de venda ativo imobilizado – Outros	-	462
(-) Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(455)	(121)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(455)	341
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	4.738	(5.411)
No início do exercício	45.619	51.030
No fim do exercício	50.357	45.619
Ativos Livres		
Ativos livres no início do exercício	45.619	51.030
Ativos livres no final do exercício	50.357	45.619
Aumento (Redução) dos recursos livres	4.738	(5.411)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto e método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		7.386	3.595
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	18	599	1.122
Depreciação de ativo de direito de uso	21	1.152	982
Resultado na baixa de ativo imobilizado		-	(463)
Juros provisionados sobre arrendamentos	21	529	563
Despesa de juros, líquida		(1.053)	112
Provisão para ações judiciais, líquida	12	771	1.101
		9.384	7.012
Aumento (Redução) de ativos			
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber		(3.275)	1.898
Créditos de oper. assis. à saúde não rel. com pl. de saúde operadora		(44)	24
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis		-	-
Créditos tributários e previdenciários		(38)	(18)
Bens e títulos a receber		(114)	(2.130)
Depósitos judiciais		14.175	(16.206)
Despesas antecipadas		212	(85)
		10.916	(16.517)
(Aumento) redução de passivo			
Débitos com op.assist. a saúde não rel. com plano saúde da opera.		12	12
Tributos e encargos sociais a recolher		167	312
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		1.201	542
Débitos diversos	11	(438)	5.969
Pagamento de provisão para risco	12	(14.175)	(1.461)
		(13.233)	5.374
		7.067	(4.131)
Caixa líquido das atividades operacionais			
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais - método indireto		7.067	(4.131)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais - método direto		7.067	(4.131)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar (denominada “Fundação”) foi constituída em 29 de setembro de 2010, pelas suas mantenedoras, Stellantis Automóveis Brasil Ltda e FCA Fiat Chrysler Participações Brasil Ltda., e tem como finalidade conceder assistência suplementar à saúde através de planos privados de assistência à saúde, bem como ações necessárias à prevenção de doenças, recuperação e reabilitação da saúde e atividades de caráter sociocultural e de lazer em prol dos empregados e de seus dependentes. A Fundação não tem como finalidade auferir lucros em suas operações. Os benefícios concedidos pela Fundação estão relacionados à assistência a educação, cultura e lazer. A Fundação está localizada no município de Betim, no Estado de Minas Gerais, e possui núcleos de saúde com sede nos municípios de Betim, Belo Horizonte e Contagem.

A Fundação concede benefícios de assistência médica, hospitalar, odontológica e de medicamentos aos funcionários das empresas mantenedoras e as demais empresas do grupo Stellantis. Tais benefícios e serviços prestados são cobrados das mantenedoras e das empresas conveniadas por valores equivalentes aos custos incorridos pela Fundação.

O patrimônio social da Fundação é constituído de bens recebidos em doação, legados e adquiridos. Todo o superávit obtido pela Fundação é aplicado na manutenção de suas finalidades, conforme previsto em sua escritura pública.

É entendimento da administração da Fundação, considerando suas atividades desenvolvidas, bem como baseado na opinião dos seus consultores jurídicos que a Fundação:

- É imune de IRPJ/CSLL conforme a lei 9.532/97, em seu artigo 15;
- A COFINS é isenta somente em relação as receitas de sua atividade própria (inciso X da MP 2.158-35);
- Suas atividades não são sujeitas ao ISS; e
- Está obrigada ao recolhimento do PIS com base na folha de pagamento de salários dos empregados e também IRRF sobre aplicações financeiras da Fundação.

A administração entende, também, que a Fundação vem cumprindo todos os dispositivos da legislação aplicável a entidades sem fins lucrativos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as na práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem a legislação societária, as orientações, interpretações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Fundação na sua gestão.

Base de elaboração

A escrituração contábil segue os critérios estabelecidos pela ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros, em conformidade com a Resolução Normativa 594 de 19 de dezembro de 2023 que altera a Resolução Normativa 528 de 29 de abril 2022, dispõe sobre adoção de práticas mínimas de governança corporativa.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Fundação em 27 de fevereiro de 2026.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Fundação são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Fundação atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que corresponde à moeda funcional e de apresentação da Fundação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais- Continuação

Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Fundação, estão descritas a seguir. A Fundação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, desde que aprovadas pelo órgão regulador ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

- a) Alterações na CPC 40 (R1) e CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na CPC 40 (R1) e CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – IFRS – Volume 11 - Alterações à CPC 37(R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40(R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 48 Instrumentos Financeiros, CPC 36(R3) Demonstrações Consolidadas e CPC 03(R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – divulgação do CPC que substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora CPC 51 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Fundação está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Fundação espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais-- Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Fundação aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Fundação decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

O grupo adotou as alterações à IAS 21, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for. Em relação às alterações da IAS 21, a Fundação não tem impactos nas suas demonstrações financeiras.

Normas vigentes não homologadas pela ANS no exercício base

Em conformidade com as normas regulatórias da ANS por meio da RN 623/24 entraram em vigor para as operadoras com a adoção dos pronunciamentos já emitidos, mas ainda não adotados até a data de emissão das demonstrações financeiras da Fundação. São eles:

CPC 11/ CPC 29 / CPC 34/ CPC 35/ CPC 49 / CPC 50 e CPC PME

A escrituração das operações do mercado de saúde deve obedecer, às Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG Estrutura Conceitual, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, a Lei 6.404/76 - Lei das Associações Anônimas e deve seguir as orientações consubstanciadas no Anexo I da RN 528 da ANS, que aprova a adoção dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, exceto o CPC 11/CPC 50 – Contratos de Seguro, o CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, o CPC 35 – Demonstrações Separadas, o CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e o CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Reforma tributária do consumo (LC 214/25)

A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”.

O novo sistema tributário é composto por três novos tributos: a) IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), criado em substituição ao ICMS e ISSQN; b) CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), em substituição ao PIS e à COFINS; e c) o IS (Imposto Seletivo) aplicável somente a alguns setores específicos da economia. O IPI será mantido apenas para produtos relacionados à Zona Franca de Manaus.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais-- Continuação

Reforma tributária do consumo (LC 214/25)--continuação

A imunidade relativa a patrimônio e receitas vinculadas às finalidades essenciais das entidades foi mantida pela EC 132/2023. No mesmo sentido, a Lei Complementar 214/25, que regulamentou os novos tributos, dispõe que não é contribuinte do CBS e IBS a entidade ou unidade de natureza econômico-contábil, sem fins lucrativos que presta serviços de planos de assistência à saúde sob a modalidade de autogestão.

A reforma plena estará vigente em 2033, com período de transição entre 2026 a 2032, não havendo, portanto, impactos contábeis e fiscais para o ano calendário 2025.

Políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas são como segue:

2.1. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor nominal.

2.2. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida, ao valor justo através de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial ou ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação. A Fundação determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Fundação incluem disponível, créditos de operações, depósitos judiciais e fiscais e bens e títulos a receber.

A Fundação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

Os ativos financeiros da Fundação estão apresentados na nota explicativa nº 20

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.3. Passivos financeiros

A Fundação determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Estes devem ser classificados, no reconhecimento inicial ao valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da sua natureza.

Os passivos financeiros da Fundação incluem provisões técnicas de operações, débitos diversos e passivo de arrendamento. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou quitada.

Os passivos financeiros da Fundação estão apresentados na nota explicativa nº 20.

2.4. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear e a sua vida útil estimada para os exercícios de 2025 e 2024, em anos, é:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de escritório	10
Veículos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 10
Outras imobilizações	6

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções realizados nos ativos imobilizados são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

--Continuação

Políticas contábeis—Continuação

2.5. Intangível

Ativos intangíveis de vida útil definida

São compostos substancialmente por licenças de *softwares*, que possuem vida útil definida. A amortização calculada pelo método linear e a sua vida útil estimada para os exercícios de 2025 e 2024 é de 5 anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.6. Arrendamentos

A Fundação avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em troca de contraprestação.

Aplica-se uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Ativos de direito de uso

A Fundação reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.6 Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Fundação reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Pagamentos estes que incluem os pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Fundação e pagamentos de multas pela rescisão do contrato, se o prazo do arrendamento refletir a Fundação exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Fundação usa a taxa de desconto definida pelo Grupo Stellantis, estipulada de acordo com o país e prazo do contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo, uma alteração nos pagamentos (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Fundação aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento para os contratos de curto prazo (ou seja, aqueles cujo prazo de vigência seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início, e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos com valor inferior a R\$30.000,00, conforme estipulado pelo Grupo Stellantis. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa, pelo método linear, ao longo do prazo do contrato. Vide nota explicativa nº 21.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.8. Reconhecimento de receita

As receitas de doações e contribuições para custeio são reconhecidas quando da emissão de nota de empenho ou da comunicação dos doadores, conforme o caso, sendo apropriadas, em bases mensais, de acordo com os períodos a serem beneficiados, quando estes forem identificáveis.

2.9. Benefícios a empregados

A Fundação patrocina com o propósito de suplementar a aposentadoria de seus funcionários, um plano aberto, denominado Plano de Previdência Itaú Empresarial, administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A., que possui como principal característica o fato de a patrocinadora não ter a obrigação legal ou constituída de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos, caracterizando-se como um plano de contribuição definida. A Fundação oferece um portfólio de outros benefícios aos empregados nas áreas de saúde, educação, cultura, lazer e serviços. Os benefícios possuem regras específicas, quanto a valores, coparticipação e abrangência.

Os gastos com esses benefícios, apropriados ao resultado do exercício foram de R\$ 6.909 (em 2024, R\$6.942).

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.10. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde

As despesas não relacionadas ao plano de saúde referem-se a benefícios concedidos aos colaboradores do Grupo Stellantis, dentre eles se destaca o benefício farmácia, o qual concede um subsídio de 50% sobre medicamentos prescritos adquiridos por funcionários e seus dependentes registrados nos planos.

2.11. Apurações dos superávits (déficits) do exercício

As despesas e receitas (recuperações de custos) são reconhecidas pelo regime de competência a partir do momento em que são avisadas. Todas as despesas relacionadas com as contribuições para os projetos e programas, incorridas e registradas, são previamente aprovadas pelos órgãos da administração.

Conforme o que regulamenta a ANS, nos contratos em preço pós-estabelecido, nos quais a operadora registra as despesas com eventos e no mesmo momento registra a contraprestação referente a recuperação da despesa e a taxa de administração, pode ocorrer a glosa nas despesas. Nesse caso, juntamente com o registro da glosa, efetua-se a reversão correspondente nos registros da recuperação da despesa e das receitas de taxa de administração.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Fundação, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período que estas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Fundação e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--continuação

i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Fundação avalia ao fim de cada exercício se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos. Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa e o montante é reconhecido imediatamente no resultado. O cálculo do valor recuperável exige que a administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Durante o período corrente, a Fundação julgou não haver evidências de desvalorização que possa comprometer o valor registrado dos seus ativos e, por este motivo, não foi reconhecida nenhuma provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos.

ii) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

A Fundação revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes.

iii) Provisões para ações judiciais

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

iv) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A Fundação está dispensada da avaliação atuarial da provisão técnica de operações de assistência à saúde, uma vez que esta possui apenas planos na modalidade de pós pagamento. Nessa modalidade, o beneficiário paga somente pelo serviço médico recebido, não havendo pagamentos antecipados por conta de futuros atendimentos médicos.

Pelo fato da Fundação ser uma operadora de saúde na modalidade de autogestão com mantenedora, que opera com planos pós-estabelecidos, não é realizada outras provisões técnicas, como Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, PEONA-SUS e Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

iv) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde--Continuação

As provisões são constituídas para pagamentos de eventos já incorridos e avisados relacionados à assistência médica, hospitalar e odontológica, cujos respectivos documentos fiscais de faturamento ainda não haviam sido recebidos até a data do balanço.

4. Disponível

	2025	2024
Caixas e bancos	285	347
Aplicação financeira (i)	50.072	45.272
	50.357	45.619

(i) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se a recursos aplicados em CDB (Certificados de Depósito Bancário) com remuneração média de 99,5% do CDI em 2025 e 2024.

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2025	2024
Contraprestação pecuniária /prêmio a receber (i)	15.553	12.278
	15.553	12.278

Os saldos de contraprestações pecuniária/prêmios a receber, por idade de vencimento, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está distribuído conforme segue:

	2025	2024
A vencer	15.194	11.664
Vencidos de 01 a 30 dias	359	607
Vencidos há mais de 90 dias	-	7
	15.553	12.278

(i) Refere-se a reembolso dos gastos com assistência médica que são cobrados das empresas mantenedoras (Nota 14).

6. Bens e títulos a receber

	2025	2024
Créditos com partes relacionadas (Nota 14)	6.081	6.013
Adiantamentos	170	124
	6.251	6.137

7. Depósitos judiciais

Referem-se substancialmente a questionamentos judiciais de ordem previdenciária e trabalhista. Quando aplicável, os passivos correspondentes estão provisionados na rubrica “Provisões para ações judiciais”, no passivo não circulante. A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstradas:

	Previdenciárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2023	332	820	1.152
Adições (i)	-	15.722	15.722
Atualizações	10	1.348	1.358
Reversões	(3)	(360)	(363)
Baixas	(37)	(586)	(623)
Saldo em 31/12/2024	302	16.944	17.246
Atualizações	11	1.042	1.053
Baixas(i)	-	(14.175)	(14.175)
Saldo em 31/12/2025	313	3.811	4.124

(i) Refere-se substancialmente ao processo trabalhista do Sindicato dos Médicos de MG, conforme nota 12.

8. Imobilizado

A movimentação do imobilizado é demonstrada a seguir:

2025	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de escritório	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outras imobilizações	Total
Custos										
Saldo em 31/12/2024	247	9.917	2.218	1.370	2.261	2.334	10	6.307	262	24.926
Adições	-	-	44	-	10	-	-	-	401	455
Saldo em 31/12/2025	247	9.917	2.262	1.370	2.271	2.334	10	6.307	663	25.381
Depreciação										
Saldo em 31/12/2024	-	(8.268)	(1.769)	(1.362)	(1.923)	(2.287)	(10)	(6.116)	(137)	(21.872)
Adições	-	(161)	(108)	(5)	(93)	(43)	-	(153)	(21)	(584)
Saldo em 31/12/2025	-	(8.429)	(1.877)	(1.367)	(2.016)	(2.330)	(10)	(6.269)	(158)	(22.456)
Valor residual em 31/12/2025	247	1.488	385	3	255	4	-	38	505	2.925
Imóveis - não hospitalares / odontológicos										1.735
Imobilizado - não hospitalares / odontológicos										1.048
Outras imobilizações										142

8. Imobilizado--Continuação

2024	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de escritório	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outras imobilizações	Total
Custos										
Saldo em 31/12/2023	247	9.917	2.291	1.375	2.457	2.362	10	6.307	262	25.228
Adições	-	-	121	-	-	-	-	-	-	121
Baixas	-	-	(194)	(5)	(196)	(28)	-	-	-	(423)
Saldo em 31/12/2024	247	9.917	2.218	1.370	2.261	2.334	10	6.307	262	24.926
Depreciação										
Saldo em 31/12/2023	-	(8.107)	(1.815)	(1.358)	(1.985)	(2.270)	(10)	(5.534)	(116)	(21.195)
Adições	-	(161)	(141)	(9)	(129)	(45)	-	(582)	(21)	(1.088)
Baixas	-	-	187	5	191	28	-	-	-	411
Saldo em 31/12/2024	-	(8.268)	(1.769)	(1.362)	(1.923)	(2.287)	(10)	(6.116)	(137)	(21.872)
Valor residual em 31/12/2024	247	1.649	449	8	338	47	-	191	125	3.054

Imóveis - não hospitalares / odontológicos	1.896
Imobilizado - não hospitalares / odontológicos	842
Outras imobilizações	316

9. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2025	2024
Provisão de eventos a liquidar para SUS	104	108
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	20.833	19.628
	20.937	19.736

A operadora não mantém ativos garantidores pois são integralmente garantidos pelas suas mantenedoras de acordo com o termo de garantia financeira.

10. Tributos e encargos sociais a recolher

	2025	2024
FGTS	81	52
INSS	245	253
INSS pessoa jurídica	11	19
IRRF pessoa jurídica	331	224
IRRF sobre folha de pagamento	288	296
ISSQN terceiros	100	141
PIS s/ folha	13	13
PIS/COFINS/CSLL	254	158
	1.323	1.156

11. Débitos diversos

	2025	2024
Débitos com partes relacionados (Nota 14)	322	438
Débitos com terceiros	11.152	12.213
Obrigações sociais e salários	1.970	1.736
Aluguéis a pagar	663	199
Provisão farmácias credenciadas	1.356	1.317
Outras obrigações	2	-
	15.465	15.903

12. Provisões para ações judiciais

As movimentações das provisões para ações podem ser assim demonstradas:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2023	382	22.854	23.236
Adições	7	3.528	3.535
Reversões	(213)	(2.221)	(2.434)
Pagamentos	-	(1.461)	(1.461)
Saldo em 31/12/2024	176	22.700	22.876
Adições	59	929	988
Reversões	(92)	(125)	(217)
Pagamentos	-	(14.175)	(14.175)
Saldo em 31/12/2025	143	9.329	9.472

A Fundação é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, constituiu provisões para riscos para aqueles processos em que a probabilidade de perda foi considerada provável. A administração considera que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas estimadas.

As principais provisões estão apresentadas abaixo:

i) Cíveis

Os riscos de natureza cível se referem, substancialmente, a processos administrativos com a ANS - Agência Nacional de Saúde.

ii) Trabalhistas

A Fundação é parte envolvida em processos trabalhistas, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais.

O valor da provisão refere-se, substancialmente, a reclamações de horas extras, diferença salarial (desvio/acúmulo de função), responsabilidade (solidária/subsidiária). O critério adotado para constituição da provisão leva em consideração a análise individual de cada processo.

A provisão mais relevante refere-se à ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais (SINMED-MG). Em 2025, houve decisão desfavorável para a Fundação, resultando na baixa de R\$ 15.722, valor que estava coberto por depósito judicial, conforme Nota Explicativa 7.

12. Provisões para ações judiciais--Continuação

Processos com probabilidade de perda possível (sem valores provisionados)

A Fundação é parte em outros processos para os quais a administração, com base na avaliação de seus assessores legais não constitui provisões para riscos. Em 31 de dezembro de 2025, os processos cuja expectativa de perda é considerada possível totalizam R\$ 467 (R\$848 em 2024).

13. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

O patrimônio social da Fundação é constituído de todos os bens relacionados na escritura pública de constituição e pelos bens que esta vier a possuir sob as formas de doações, legados ou aquisições, livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

Em caso de extinção da Fundação, o patrimônio social será destinado a uma entidade beneficente, filantrópica ou de assistência social, inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social, a ser escolhido pelo conselho curador da Fundação.

O valor do patrimônio social é de R\$24.217 (R\$20.622 em 2024).

14. Transação com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre a Fundação e as empresas relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Fundação não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e nos exercícios findos naquelas datas, a Fundação apresenta os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

14. Transação com partes relacionadas--Continuação

2025		Ativo			Passivo		Resultado
		Bens e títulos e receber	Contraprestação pecuniária/ prêmios receber	Crédito de operações assistência à saúde	Débitos diversos	Recuperação de despesas	Recuperação de Contraprestação
	Associação FCA Saúde	(i) 1.437	-	-	-	-	-
	Banco Stellantis S/A	(ii) 37	198	2	-	171	927
	Casa Fiat de Cultura	(ii) 1	3	-	-	23	54
	CMA Ind de Componentes Plásticos Automotivos Ltda	(ii) 198	-	-	-	-	-
	CMP Comp e Módulos Plásticos Ind, e Comercio Ltda.	(ii) 566	-	-	-	-	1
	Stellantis Automóveis Brasil Ltda	(ii) 2.099	14.916	208	88	24.989	168.746
	FCA Fiat Chrysler Participações Brasil Ltda	(ii) 52	-	-	115	508	2.178
	Stellantis Locadora de Automóveis Ltda	(ii) 18	15	-	119	66	187
	FCA Powertrain Brasil Ind. E Com. De Motores Ltda	(ii) 312	-	-	-	6.239	-
	Fundação Torino	(ii) 314	-	-	-	400	2.074
	Teksid do Brasil Ltda	(ii) 17	-	-	-	-	-
	Care Biochar	(ii) 16	-	-	-	-	-
	Outros	(iii) 1014	421	4	-	365	2.338
		6.081	15.553	214	322	32.761	176.505

- i) Referem-se às notas de créditos emitidas pela Fundação referentes a despesas com custo compartilhado.
ii) Referem-se a recuperação de custos e gastos administrativos, que são cobrados das empresas mantenedoras.
iii) Referem-se a recuperação de custos e gastos administrativos, que são cobrados das empresas que pertenciam ao Grupos Stellantis

2024		Ativo			Passivo		Resultado
		Bens e títulos e receber	Contraprestação pecuniária/ prêmios receber	Crédito de operações assistência à saúde	Débitos diversos	Recuperação de despesas	Recuperação de Contraprestação
	Associação FCA Saúde	(i) 1.362	-	-	-	-	-
	Banco Stellantis S/A	(ii) 19	61	1	-	181	1.004
	Casa Fiat de Cultura	(ii) -	3	-	-	24	45
	CMA Ind de Componentes Plásticos Automotivos Ltda	(ii) 399	-	-	-	-	-
	CMP Comp e Módulos Plásticos Ind, e Comercio Ltda.	(ii) 818	-	1	-	-	-
	Stellantis Automóveis Brasil Ltda	(ii) 2.376	10.896	163	73	25.134	151.779
	FCA Fiat Chrysler Participações Brasil Ltda	(ii) 163	521	6	28	725	2.891
	Stellantis Locadora de Automóveis Ltda	(ii) 17	16	-	337	55	166
	FCA Powertrain Brasil Ind. E Com. De Motores Ltda	(ii) 271	-	-	-	6.245	-
	Fundação Torino	(ii) 120	583	-	-	439	2.516
	Teksid do Brasil Ltda	(ii) 14	-	1	-	-	-
	Outros	(il) 454	198	2	-	367	2.377
		6.013	12.278	174	438	33.170	160.778

- i) Referem-se às notas de créditos emitidas pela Fundação referentes a despesas com custo compartilhado.
ii) Referem-se a recuperação de custos e gastos administrativos, que são cobrados das empresas mantenedoras.

15. Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde

	2025	2024
Recuperação de contraprestação (Nota 14)	176.505	160.778
(-) Despesas com plano de assistência à saúde	(170.925)	(153.795)
Contraprestações líquidas (i)	5.580	6.983

- i) Conforme RN 594 emitida pela ANS em 2023, para as operadoras que comercializam planos de assistência à saúde na modalidade de preço pós-estabelecido, o valor cobrado correspondente ao reembolso do custo dos atendimentos médico-hospitalares ou odontológicos prestados deve ser registrado como recuperação da despesa com eventos e por consequência, a taxa de administração cobrada, é apresentada como receita de contraprestações, líquida.

16. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	2025	2024
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	12.568	11.404
Receitas com operações de assistência odontológica	2.292	2.099
Outras receitas operacionais (i)	17.428	15.683
	32.288	29.186

- i) Referem-se a recuperação de despesas administrativas relacionadas a aluguéis, condomínios, despesas com pessoal administrativo e demais despesas relacionadas à manutenção da estrutura que são rateadas entre as empresas mantenedoras.

17. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	2025	2024
Despesas com operações de assistência médico-hospitalar	(12.568)	(11.404)
Despesas com operações de assistência odontológica	(2.292)	(2.099)
Outras	(91)	(68)
	(14.951)	(13.571)

18. Informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	2025	2024
Despesas com operações de assistência médico-hospitalar	(12.037)	(10.978)
Despesas com operações de assistência odontológica	(2.297)	(2.153)
Despesas com água, luz, telefone	(970)	(907)
Despesas com aluguéis e estrutura	(4.049)	(4.569)
Despesas com assistência social	(1.076)	(1.256)
Despesas com contingências	(771)	(1.101)
Despesas com empregados	(28.999)	(29.122)
Despesas com manutenção de veículos	(32)	(38)
Despesas com seguros	(163)	(147)
Despesas com viagens	(136)	(84)
Despesas de depreciação e amortização	(599)	(1.122)
Despesas de depreciação de arrendamento (Nota 21)	(1.152)	(982)
Despesas material ambulatorial	(186)	(262)
Impostos, taxas e encargos	(2.337)	(3.324)
Outros custos e despesas	(941)	(879)
Serviços de terceiros	(13.558)	(12.755)
(-) Recuperação de despesas (Nota 14)	32.761	33.170
	(36.542)	(36.509)
Outras despesas com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	(14.951)	(13.571)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	(74)	(76)
Despesas administrativa	(21.517)	(22.862)
	(36.542)	(36.509)

19. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	5.322	3.266
Atualização monetária	1.059	920
Outras receitas	1	13
	6.382	4.199
Despesas financeiras		
Juros sobre débitos diversos	(32)	(135)
Despesas financeiras com arrendamentos (Nota 21)	(529)	(563)
Outras despesas financeiras	(37)	(29)
	(598)	(727)
Resultado financeiro, líquido	5.784	3.472

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos

Gestão de risco financeiro

As atividades da Fundação a expõem a riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Fundação são expostos a seguir:

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, bem como de exposições de crédito, incluindo títulos e créditos a receber das entidades mantenedoras não se aplicam a Fundação, uma vez que os títulos a receber são com partes relacionadas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Fundação não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Fundação é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para atender às suas necessidades operacionais.

Instrumentos financeiros

A Fundação realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar seus recursos, bem como reduzir sua exposição a riscos de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das posições, desempenhadas por membros de sua gerência financeira que tem como objetivo centralizar as atividades financeiras e obter vantagens competitivas no relacionamento com instituições financeiras.

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros—Continuação

	2025	2024
Ativos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Disponível	50.357	45.619
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	15.553	12.278
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da operadora	224	180
Depósitos judiciais e fiscais	4.124	17.246
Bens e títulos a receber	6.251	6.137
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8.557	9.799
Débitos diversos	19.034	20.263

A Fundação não aplica em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos seus valores contábeis, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Fundação aplica o CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia

- Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros estão avaliados na hierarquia de valor justo no nível 2.

21. Arrendamentos

A Fundação possui contratos de arrendamento de salas e edifícios destinados a escritórios corporativos. Os prazos desses arrendamentos geralmente variam entre 5 e 10 anos.

A Fundação também possui alguns contratos de vigências menores que 12 meses e contratos com itens de baixo valor, os quais estão todos isentos do reconhecimento de arrendamento, em acordo com o CPC 06 (R2), totalizando uma despesa de R\$483 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 850 em 31 de dezembro de 2024).

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o exercício:

	Edificações
Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.053
Reajuste contratual	45
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.098
Reajuste contratual	554
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.652
Depreciação	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.937)
Adição	(982)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.919)
Adição	(1.152)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(7.071)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	3.179
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	2.581

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o período:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.373
Acréscimo de juros	563
Reajuste contratual	45
Pagamentos	(1.621)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.360
Acréscimo de juros	529
Reajuste contratual	554
Pagamentos	(1.874)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.569

	2025	2024
Circulante	1.037	2.224
Não circulante	2.532	2.136

22. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, em relação à natureza de suas atividades.

Os principais contratos de seguro vigentes em 31 de dezembro de 2025 destinam-se à cobertura para fenômenos naturais e riscos diversos sobre o ativo imobilizado, especialmente o Fiat Clube, a sede administrativa, centros de saúde com o valor em risco de R\$ 50.546 (R\$ 46.138 em 2024).

Diretoria

Cristiane de Oliveira Roque Paixão (Diretora)

Massimo Cavallo (Presidente)

Ana Eliza Pedrosa Garcez (Diretora)

Conselho curador

Fernando Mariano Scatena (Conselheiro presidente)

Márcio de Lima Leite (Conselheiro)

Massimo Cavallo (Conselheiro)

Conselho fiscal

Plínio Trópia Barreto (Conselheiro)

Gustavo dos Santos Nunan (Conselheiro)

Leonardo Alves Fernandes de Oliveira (Conselheiro)

Controller

Ernani Miranda de Souza (Controller)

Responsável técnico

William Douglas Pereira Nunes

Contador CRC-MG096165/O-1